



IDEIAS

Informação sobre *Desenvolvimento, Instituições e Análise Social*

Estado e a Capitalização do Capitalismo Doméstico em Moçambique

Carlos Nuno Castel-Branco

Moçambique está numa fase inicial de formação das suas classes capitalistas nacionais. O colonialismo directo, com base na migração em grande escala de colonos portugueses e comerciantes da Ásia do Sul e do Leste, associado à penetração de grande capital das plantações, subjugação ao grande capital mineral-energético da região, e envolvendo maciça expropriação de terras e restrições no acesso a finanças em condições competitivas, “conspiraram” para criar uma base empresarial nacional fragmentada, de pequena escala e financeiramente fraca. Na maior parte do período colonial, as formas dominantes de diferenciação social dependeram do trabalho migratório, do acesso a condições de trabalho assalariado permanente nos grandes pólos de emprego dentro da economia (plantações, caminhos-de-ferro, serviços comunitários e aparelho do Estado) e das condições comerciais e termos de troca ao longo das fronteiras. O posicionamento do primeiro governo moçambicano pós-independência, anticapitalista no sentido de ser focado na construção do aparelho de estado de direcção da economia e na estatização da propriedade, assim como o bloqueio económico de que Moçambique foi alvo pelo regime do *apartheid* na África do Sul – que afectou o recrutamento de força de trabalho migratória e os níveis de emprego no porto de Maputo e nos caminhos-de-ferro da zona sul, na época os maiores empregadores de força de trabalho moçambicana – desencorajaram ou impediram o desenvolvimento de uma classe de capitalistas moçambicanos com base produtiva mas encorajaram a emergência de acumulação especulativa, particularmente no que diz respeito ao comércio rural, que na época era dominado por moçambicanos de origem asiática.

A introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE), em 1987, foi a primeira oportunidade sistemática e em grande escala para o desenvolvimento de classes capitalistas nacionais, através da privatização maciça de activos do Estado, na medida em que mais de 1.200 empresas públicas e acções do Estado em outras tantas empresas foram privatizadas até

meados dos anos 1990. As empresas maiores e mais viáveis foram negociadas directamente com potenciais investidores estrangeiros, de modo a relançar a produção em áreas-chave da economia, geradoras de receita fiscal (como as cervejas e os tabacos) e de moeda externa (açúcar e camarão), empregadoras (como as açucareiras e as têxteis) e produtoras de bens para apoio à expansão e viabilização da comercialização agrária (pneus, utensílios agrícolas, vestuário e têxteis). Firms mais pequenas e obsoletas, que representaram cerca de 80% dos activos privatizados, foram vendidas, a baixo custo, a um grupo de empresários moçambicanos emergentes que, na sua quase totalidade, era formado por gestores de empresas públicas, veteranos da luta de libertação nacional e comerciantes. O processo de privatização para este grupo de pequenos capitalistas nacionais emergentes foi subsidiado pelo Estado de três formas: os preços dos activos eram baixos; a maioria dos compradores pagou não mais do que 20% do valor negociado pelos activos adquiridos; e um grupo específico de compradores, veteranos da luta de libertação nacional, beneficiou de fundos públicos concessionais para estas aquisições. No mesmo período, a reestruturação e privatização acelerada da banca pública, em nome da eficiência e da eficácia económicas, encorajou uma fraude financeira maciça, que foi mais tarde coberta pelo Estado com dívida pública contraída junto do FMI.

No entanto, além dos subsídios implícitos da privatização, do acesso a fundos públicos e do «assalto» aos restos da banca estatal, não havia estratégias, políticas e mecanismos específicos para apoiar a reabilitação e o desenvolvimento das firmas privatizadas – o Estado privatizou rendas e activos seus e absorveu custos, mas sem uma contrapartida produtiva. Assim, cerca de 45% das firmas privatizadas faliram nos primeiros anos pós-privatização, e mais de metade das restantes foram transaccionadas por dinheiro ou acções em novas firmas, ou transformadas em armazéns. Naturalmente, o Estado não conseguiu nem mobilizar recursos financeiros (da

venda dos activos e do potencial fiscal que existiria se as firmas tivessem sido desenvolvidas), nem gerar emprego produtivo, nem reabilitar a base produtiva. Combinada com a fraude bancária, a privatização de activos do Estado aspirantes a empresários moçambicanos foi, sobretudo, uma estratégia para acomodar pressões sociais crescentes de elites económicas e políticas em emergência, de modo a promover a formação de novas classes nacionais de proprietários privados de activos económicos. Portanto, esta privatização maciça de activos produtivos e financeiros do Estado, com enormes perdas sociais e alguns ganhos privados, foi a primeira onda, sistemática e em grande escala, de expropriação do Estado para benefício especulativo privado.

Nos princípios dos anos 1990, o colapso do regime do *apartheid* conduziu à remoção das sanções económicas contra o capitalismo sul-africano, que, dada a oportunidade, se lançou num esforço de globalização. A interacção entre as economias de Moçambique e da África do Sul começou a transformar-se: Moçambique deixou de ser uma economia predominantemente fornecedora de serviços de transporte e força de trabalho migrante, para se tornar predominantemente receptora de investimento directo estrangeiro (IDE), através do sistema financeiro sul-africano, ligado ao complexo mineral-energético; e a África do Sul tornou-se o maior parceiro comercial de Moçambique. Esta transformação da integração económica de Moçambique no chamado espaço económico sul-africano representou dois importantes desafios para os capitalistas moçambicanos emergentes. Por um lado, passaram a enfrentar uma competição intensa e crescente dos bens e serviços disponibilizados por firmas sul-africanas em Moçambique, que eram geralmente mais baratos e de melhor qualidade, tinham melhor reputação, eram fornecidos com maior fiabilidade e beneficiavam de melhores serviços aos clientes. Por outro lado, a penetração do capital sul-africano, via IDE e investimento de agências públicas sul-africanas, em todas as esferas da actividade económica – no

complexo mineral-energético (com os grandes investimentos na fundição de alumínio Mozal, na sua fornecedora de energia, Motraco, nas reservas de gás natural de Pande e Temane), nos portos e caminhos-de-ferro, em sectores industriais com características oligopolistas na região e com grandes economias de escala (açúcar, cimento, bebidas, moagens de cereais, entre outros), construção, comércio retalhista, turismo e finanças – tornou-se rapidamente muito significativo. Além disso, o sucesso do IDE sul-africano encorajou investimento externo adicional de outras origens, inicialmente associado a empresas e capital financeiro sul-africanos, que se expandiu em linha com as expectativas de um *boom* de recursos em Moçambique – terra e água para a expansão da produção de açúcar e biocombustíveis e, mais tarde, minerais e energia (carvão, hidrocarbonetos, areias pesadas, fosfatos e outros). Em relação com estes desenvolvimentos, expandiram as ligações com firmas sul-africanas fornecedoras de bens e serviços para os grandes empreendimentos e, onde as economias de escala fossem pouco significativas e as vantagens locais mais importantes, surgiu investimento estrangeiro na base logística orientada para os grandes projectos de IDE. Portanto, objectivos oligopolistas internacionais, concretizados por via de IDE e de outras formas de financiamento externo, estruturaram a economia nacional, formando as bases de uma economia extractiva como modo de acumulação de capital. Mas estes objectivos e processos também se tornaram uma ameaça para as oportunidades e para o espaço de expansão de uma classe de aspirantes a capitalistas nacionais, sem capital, proprietários de activos obsoletos e sem experiência empresarial.

De modo a transformar estes desafios e ameaças em oportunidades para capitalistas nacionais emergentes, o governo lançou a segunda onda de expropriação do Estado visando maximizar influxos de capital externo privado, nomeadamente: a aceleração da disponibilização de reservas de recursos minerais, carvão e hidrocarbonetos no mercado; a adjudicação de enormes concessões destes recursos para empresas multinacionais; a privatização da gestão de algumas infra-estruturas públicas para reduzir os custos marginais dos grandes investidores e criar novas oportunidades de lucros, mercantilizando áreas de serviços públicos; a introdução e manutenção de um sistema de benefícios fiscais para grandes corporações, redundantes em termos de atracção e alocação de investimento mas importantes como moeda de troca, para garantir acesso à estrutura accionista e a lugares nos conselhos de administração das corporações para representantes da elite económica e política nacional; a ace-

leração e utilização da dívida pública e de parcerias público-privadas (PPP) para financiar grandes projectos de infra-estruturas e serviços, gerando oportunidades de negócios para facções de capitalistas domésticos, reduzindo custos marginais para o grande capital e comprometendo os hipotéticos fluxos de rendimentos dos hidrocarbonetos no futuro com o financiamento do investimento e subsídios implícitos de curto prazo.

A segunda onda de expropriação do Estado alterou quatro factores fundamentais na estratégia de formação das classes capitalistas nacionais. Primeiro, focou-se na formação de oligarquias financeiras nacionais, concentrando e centralizando o processo de acumulação de capital à custa da contracção da base social de acumulação e afunilamento da base produtiva e comercial. Segundo, estabeleceu ligações directas entre o capital oligárquico doméstico em emergência e o capital multinacional, com o patrocínio do Estado, endogeneizando o financiamento desse processo de acumulação. Terceiro, tornou a economia mais especulativa e focada no rendimento financeiro das transacções, transformou activos reais em financeiros, deu primazia à acumulação de capital fictício sobre a acumulação de capital real e fez do endividamento público uma fonte auxiliar fundamental para manter altas as expectativas dos especuladores financeiros e os fluxos de capital internacional. Quarto, associou, em alguns casos, a acumulação de capital financeiro a capacidades empresariais corporativas reais, como a capacidade de organizar a produção, escolher tecnologia, decidir sobre investimento e aceder a mercados oligopolistas globais (por exemplo, nos casos da Mozal, da Sazol e da Kenmare).

Nas duas ondas de auto expropriação, o Estado jogou um papel vital. Na primeira, ao longo da primeira década e meia do pós-guerra, focou-se em privatizar a propriedade pública e facilitar o acesso a fundos do Estado. “Vendendo” a imagem de pobreza, como se fosse um recurso natural, e de bom seguidor de ideais neo-liberais, o Estado mobilizou mais de vinte biliões de USD em ajuda externa, que financiou programas e serviços públicos e projectos de acumulação privada. Na segunda onda, ao longo da última década, o Estado seleccionou de entre as elites criadas na primeira fase as que ofereciam mais garantias políticas e qualificações para a formação de oligarquias nacionais. Nesta fase de concentração e centralização, foi o IDE e o sistema financeiro comercial internacional que assumiu a liderança na estruturação das opções económicas, tendo o Estado “vendido” expectativas de rendimentos futuros dos recursos naturais reais e

oportunidades de especulação com esses recursos a curto prazo para minimizar a incerteza e o risco e garantir os lucros dos accionistas nacionais e internacionais, e mobilizado cerca de vinte biliões de USD em projectos de investimento. Em ambos os períodos, a expropriação a baixo custo e a socialização dos custos (por exemplo, por via do endividamento do Estado e dos subsídios fiscais para o capital multinacional) formaram a base fundamental da acumulação de capital fictício. Usando a conhecida metáfora dos crocodilos, a primeira República, de Samora Machel, tentou matá-los ainda no ovo, a segunda, de Joaquim Chissano, criou os ninhos onde os crocodilos poderiam desovar e os ovos chocar, e a terceira, de Armando Guebuza, seleccionou os crocodilos que se tornaram gigantes.

Em resumo, as classes capitalistas emergentes moçambicanas resultam, na generalidade, de dois diferentes processos de expropriação do Estado para benefício privado. Primeiro, foi a transferência maciça e subsidiada de empresas e acções do Estado para elites políticas e económicas nacionais, o que basicamente criou uma classe não produtiva de proprietários de activos obsoletos, sem capital nem experiência industrial e de gestão. Os interesses destes grupos foram, então, desafiados e ameaçados pela penetração de IDE em sectores oligopolistas ou com base em recursos e pela expansão da liberalização do comércio com o mundo, em especial com a África do Sul. A resposta estratégica do Estado a esses desafios e ameaças foi o lançamento da segunda grande onda de expropriação do Estado, de modo a maximizar os influxos de capital externo e a garantir a absorção de uma parte dos lucros desses influxos por facções das classes capitalistas nacionais emergentes.

De facto, a palavra de ordem da III República, liderada por Guebuza, «combater o deixa andar», pode ser mais bem entendida neste contexto – se não for possível acumular sem fortes ligações e dependência em relação ao capital multinacional, é melhor chamar as grandes corporações, para grandes projectos, de preferência caros, e juntar-se a elas para extrair uma proporção dos lucros para «capitalizar» o capitalismo doméstico.

A economia que resulta deste processo é extractiva, afunilada e porosa, expande rapidamente mas com base especulativa, precisa da dívida pública para manter elevadas as expectativas do capital internacional e é incapaz de lidar com a questão do emprego e da qualidade de vida da grande maioria da população.